

FACE – FACULDADE CASA DO ESTUDANTE

INVESTIMENTOS FINANCEIROS ADOTADOS PELA POPULAÇÃO DE ARACRUZ

FRANCILLE PEREIRA
GEIZA SANTOS SOUZA
JORGE LUIZ SIQUEIRA
NAYARA LADISLAU
SELMA SIQUEIRA DA VITORIA
TAISE SILVA NACIMENTO

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as formas de investimentos financeiros da população de Aracruz, possibilitando as pessoas uma visão integrada das suas decisões de crédito, poupança, investimento e consumo, compatível com sua realidade financeira. A abordagem utilizada foi a de métodos mistos com a utilização da pesquisa exploratória. Identificou-se que a maioria dos indivíduos entrevistados optam por investir em poupança por desconhecerem outras modalidades de obter rendimento financeiro.

Palavras-chave: Investimentos, poupança, retorno.

1 INTRODUÇÃO

Diante da atual situação financeira mundial onde os negócios se aperfeiçoam a cada dia as empresas lutam para se manter no mercado. Alguns desses mercados foram ampliados e outros estão saturados, o poder de compra está diminuindo em determinados segmentos econômicos, as Instituições Financeiras, especialmente, buscam incrementar seus serviços, oferecendo vantagens aos clientes, ao mesmo tempo em que passa por dificuldades no panorama global (SARAIVA, 2009).

Em meio a este cenário mundial pesquisas são realizadas com o intuito de investigar quais tem sido as opções das pessoas físicas para realização de investimentos, e dentro deste contexto, a reportagem realizada pelo jornal A TRIBUNA do dia 23 de março de 2014 constatou que o brasileiro não tem cultura de economizar, e que mais da metade da população do país não consegue poupar dinheiro.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define que a educação financeira (EF) é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtém informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais conscientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar.

Apesar do nobre propósito, a Educação Financeira no Brasil é algo pouco explorado, mas com grande potencial de desenvolvimento para o setor financeiro como

um todo, um mercado inserido em um ambiente complexo e competitivo, cuja decisão em participar exige da população experiências diversas e práticas de educação financeira continuada, sendo necessário conhecimento sobre os produtos adequados para a escolha entre uma gama variada de ofertas, incluindo crédito, investimentos, seguros etc (OLIVEIRA, 2012).

Em nível mundial, diversos são os agentes sociais promotores da educação financeira: escolas, empresas, governo, instituições financeiras, organizações não governamentais etc. Diante deste contexto, o problema de pesquisa deste estudo foi **identificar quais são as opções de investimentos financeiros que a população do município de Aracruz (ES) tem adotado?**

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as formas de investimentos financeiros da população de Aracruz, possibilitando as pessoas uma visão integrada das suas decisões de crédito, poupança, investimento e consumo, compatível com sua realidade financeira.

Dentre os objetivos específicos estão: pesquisar a relevância de conhecimento dos investimentos pelas pessoas físicas; identificar o investimento mais adotado pelos moradores de Aracruz (ES); apresentar os investimentos financeiros mais populares do Brasil.

Recentemente uma pesquisa realizada com 646 consumidores em capitais brasileiras pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), foi constatado que o brasileiro compra por impulso, não poupa e não investe.

O estudo revela ainda, que 85% da população faz compras sem planejamento e que esse consumismo tem origem emocional em momentos de angústia, tristeza e ansiedade.

O Jornal ATRIBUNA publicou no dia 23 de março de 2014 pesquisas realizadas com cidadãos capixabas evidenciando que 54% dos entrevistados não poupam dinheiro do mês anterior e que 42% nunca conseguiram poupar e 3% não souberam responder. Nesta mesma pesquisa foi questionado ainda o que os brasileiros fariam caso recebessem um salário cinco vezes maior que sua receita mensal e 70% dos entrevistados afirmaram que gastariam o valor reformando a casa, comprando um carro ou fazendo uma viagem. Quitar dívida foi a resposta dada por 45% dos entrevistados, enquanto que 49% disseram que aplicariam o dinheiro.

Os dados são da pesquisa realizada pelo instituto Data Popular em parceria com a Serasa *Experian*. De acordo com o levantamento, sozinha, a classe C, que compreende os brasileiros que ganham entre R\$ 320,00 a R\$ 1.120,00 mensalmente, consome mais que a Holanda ou a Suíça inteira.

De acordo com dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), o número de pessoas físicas inadimplentes aumentou 5,54% em fevereiro de 2014 na comparação com o mesmo mês de 2013. A partir desse dado, o SPC Brasil e a CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) estimam que, ao fim de fevereiro deste ano, havia no Brasil 52 milhões de consumidores que deixaram de pagar pelo menos uma dívida nos últimos cinco anos (SPC BRASIL, 2014).

Justifica-se a escolha deste tema por se tratar de assunto de extrema relevância, pois cidadãos comuns precisam de conscientização a respeito de educação financeira para alcançarem estabilidade na gestão de suas receitas.

2 REVISÃO TEORICA

2.1 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A palavra “investimento” no dicionário Aurélio, significa: Ato ou efeito de investir, de atacar; investida. Mas também significa: Aplicação de capitais com finalidade lucrativa. E o que vamos abordar neste artigo é justamente a segunda explicação do dicionário, os investimentos financeiros. Os investimentos financeiros são na sua essência comprar mais barato e vender mais caro; ou emprestar o dinheiro a juros, uma espécie de aluguel que o tomador pagará para ter o dinheiro por um prazo de tempo pré-determinado, acumulando riquezas ao longo do tempo, (CERBASI, 2013).

De acordo com Assaf Neto (2005), investimento significa o aumento de capital em alternativas que ajudam a aumentar a capacidade produtiva de um país, determinando maior capacidade futura de gerar riqueza. O investimento pode ocorrer em bens de capital (máquinas, equipamentos etc.) denominado formação bruta de capital fixo, e em estoques.

O conceito de investimento em uma economia está ligado à criação de riqueza, e não simplesmente à transferência de propriedade de um bem. Então comprar ações de uma empresa na Bolsa de Valores não pode ser interpretado como investimento dentro do conceito econômico, pois a compra de ações se trata de mercado secundário e envolve uma simples transferência de posse dos valores, sem agregar riqueza à economia. Porém se a compra ocorrer no lançamento das ações (mercado primário) é admitida como criação de riqueza, pois os capitais vão direto para a empresa que abriram seu capital. (ASSAF NETO, 2005).

É um grande desafio ter conhecimento da maneira adequada de investir podendo realizar retiradas proveitosas, buscando juros mais altos, ou uma maior lucratividade no mercado financeiro. “O dinheiro pode ser aplicado em negócios, em ações de uma companhia de petróleo (Petrobrás), pode-se investir em títulos públicos, ou em várias outras coisas” (HUBERMAN, 1986).

Investir é multiplicar, e ao contrário do que muitos brasileiros pensam os investimentos em imóveis não são mais uma modalidade tão vantajosa como no passado. O ganho com Títulos Públicos não é razoável, pois atualmente a Selic está em 11% e o rendimento real que é proporcionado por esta taxa ainda é muito baixo.

No entanto, atualmente estamos em uma fase de solidificação da economia comparada há décadas passadas em que a inflação atingiu patamares altíssimos, e hoje, por enquanto, está controlada em uma meta que variando de 4,5% a 6,5% (teto) (BACEN, 2013).

O investidor atual, mesmo o passivo, tem que buscar meios de aumentar cada vez mais sua inteligência financeira, se informando em sites, fazendo cursos, lendo livros (CERBASI, 2013).

É preciso se antecipar a algumas tendências, se informar, acompanhar as notícias econômicas diárias, e buscar também a inteligência tributária, pois entender das taxas de impostos cobrados (IRRF e IOF) trará maior rentabilidade em muitos casos, (CERBASI, 2013).

Os motivos para investir são variados, alguns almejam comprar algo com valor elevando para sua realização financeira, outros investem para conseguir independência financeira, outros tem metas mais arrojadas, como poupar para alcançar o patrimônio em investimentos de R\$ 1.000.000,00.

Uma grande vantagem para quem planeja começar a investir, é que a iniciativa de poupar dinheiro permite que as pessoas tenham um maior controle sobre as suas finanças, reduzindo o risco de gastar além do que ganha, tendo desta forma que recorrer a empréstimos bancários, usar demasiadamente o limite do cheque especial e cartão de crédito, o que é um suicídio financeiro devido aos altos juros praticados por estas modalidades no Brasil (SOUZA, 2014).

A palavra investimento ainda não é tão difundida quanto deveria entre os brasileiros. Poupar, investir e saber usar o cartão de crédito de forma mais eficiente estão entre as principais dificuldades dos brasileiros em administrar suas finanças pessoais (CONTA CORRENTE, 2014).

Fazer a melhor gestão do próprio dinheiro é um desafio para muitos brasileiros e o planejamento das finanças pessoais ainda não faz parte da cultura brasileira. A explicação para isso está na história da economia brasileira: por muitos anos o Brasil sofreu com hiperinflações, mudanças de moedas, recessões e a crise monetária (1973 a 1990).

Somente após a implantação do Plano Real (Plano econômico, desenvolvido e aplicado no Brasil durante o governo de Itamar Franco), é que a economia do Brasil se estabilizou, a inflação passou a ser controlada e diminuiu significativamente com o passar dos anos, o câmbio também se estabilizou, pois um Real (moeda brasileira) passou a ter o valor de um Dólar (Moeda mais forte do mercado mundial).

2.1.2 Breve histórico do surgimento

Os primeiros investimentos que se tem conhecimento aconteceram por volta de 8.000 A.C, com a criação da agricultura em que o domínio das técnicas agrícolas trouxeram a possibilidade de multiplicar o número de indivíduos para muito além dos estreitos limites impostos pela coleta (MAGALHÃES FILHO, 1979).

A permanência de um mesmo povo no mesmo lugar, séculos atrás, permitiu ao homem investir seu excedente de trabalho e de produção em obras de caráter permanente, que lhe aumentou ainda mais a capacidade produtiva. Porém foi com o surgimento das economias comerciais que o investimento financeiro foi intensificado.

As forças produtivas alcançaram níveis elevados, pois a institucionalização do comércio como meio de obtenção daqueles bens que não podiam ser obtidos dentro de cada economia local ou regional, levou ao desenvolvimento de rotas comerciais, e ao aperfeiçoamento da arte de navegação.

Uma grande contribuição para o futuro do investimento financeiro e do comércio decorrente do desenvolvimento das civilizações comerciais foi à cunhagem de moedas, que no início sua posse era símbolo de riqueza. As primeiras tinham a liga de ouro e prata, e seu valor era sujeito à regulamentação e fiscalizações oficiais. Elas provinham da Lídia, um pequeno estado da costa egeia da Ásia Menor, que partindo de uma base agrícola primitiva alcançara curto apogeu entre os séculos VIII e VI a.C., graças a seu desenvolvimento comercial baseado na exportação de metais (MAGALHÃES FILHO, 1979).

Nos séculos seguintes os estados comerciais gregos passaram a cunhar moedas de prata, e logo a cunhagem de moedas começou a tornar-se cada vez mais frequentes em toda a bacia do Mediterrâneo.

A introdução da moeda, iniciada em Égina, e logo difundida por todos os estados gregos, permitiu o desenvolvimento dos instrumentos de comércio, iniciando a cobrança

de juros e as operações de crédito, com o que logo apareceram atividades bancárias e documentos comerciais aperfeiçoados o que possibilitou a criação de diversas formas de investimentos. (MAGALHÃES FILHO, 1979).

Antigamente os investimentos eram feitos com o acúmulo de riquezas, as pessoas enchiam seus cofres de ouro e prata para acumular riqueza. Atualmente as pessoas não utilizam o método de guardar deixando dinheiro debaixo do colchão ou em um cofre, pois a inflação do país fará com que o capital perca valor, até o ouro, considerado porto seguro dos investidores por muito tempo, pode perder valor, pois seu valor é regido pelo mercado financeiro (HUBERMAN, 1986).

Segundo o autor, na busca por melhores investimentos, o investidor atual tende a movimentar seu dinheiro, buscando um meio lucrativo de investimento.

2.1.3 Sistema financeiro nacional: Breve história

Possibilitar a transferência de recursos dos ofertadores finais, para tomadores finais, e criar condições para que os títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado são em sua essência o conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros chamado Sistema Financeiro Nacional (FORTUNA *apud* SARAIVA, 2009).

Fundado como uma organização comercial autônoma, o Banco do Brasil foi à primeira instituição financeira criada no Brasil, em outubro de 1808. O banco do Brasil, na qualidade de banco comercial, exercia na época, as prerrogativas de um Banco Central.

O Banco Central do Brasil foi criado em abril de 1965, quando o Sistema Financeiro Nacional foi estruturado e regulado por uma Lei criada em 1964, através da edição da Lei nº 4595, donde ocorreu a Reforma Bancária e a concessão de autonomia das Autoridades Monetárias em relação ao Governo.

A constituição de 1988 estabeleceu que o Banco Central pudesse comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros, sendo definida oficialmente, de forma sucinta, a composição do SFN (Sistema Financeiro Nacional) no art. 1º da Lei nº 4.595/95.

2.1.4 Os Bancos

Representando a base do sistema monetário brasileiro, os bancos (principalmente os comerciais) estão sob a supervisão, regulamentação e fiscalização do BACEN e são classificados de acordo com a atividade que exercem.

As Instituições Financeiras Monetárias são aquelas que possuem depósito à vista e, portanto, multiplicam a moeda (FORTUNA *apud* SARAIVA, 2009). Os bancos comerciais são Instituições financeiras (privadas ou públicas), cujo principal objetivo é proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, em curto, médio e longo prazos, as empresas prestadoras de serviços, a indústria, o comércio, as pessoas físicas e terceiros.

Os bancos múltiplos são instituições financeiras (privadas ou públicas) que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio de carteiras como: de investimento, de crédito imobiliário, financiamento, comercial e desenvolvimento.

2.1.5 Mercado bancário

De acordo com FORTUNA (*apud* SARAIVA, 2009), Banco comercial, ou banco múltiplo com carteira comercial, é classificado informalmente de acordo com a sua segmentação de mercado como:

1. Banco de varejo: trabalham com muitos clientes, independente de tamanho;
2. Banco de negócios: Intermedeia grandes operações de engenharia financeira;
3. Banco de atacado: trabalha com grandes e poucos clientes;
4. Bancos de nicho: com apenas um segmento específico do mercado, estes bancos tem suas atuações formalmente segmentadas em grupos de atendimento específico. Ex.: *corporate bank, middle market, private bank, personal bank.*

2.1.6 Risco e retorno

Risco e Retorno são duas palavras-chave de finanças, e conhecer o seu significado é primordial para quem quer investir, pois quando falamos do futuro, estamos no campo da incerteza (GARCIA et al, 2002).

Quando medimos a incerteza, estamos calculando o risco associado àquele retorno, ou seja, trata-se da possibilidade de ocorrência de um evento desfavorável.

Uma das máximas sobre investimento é que quanto maior o risco, maior o retorno, portanto Retorno representa aquilo que o investidor ganha. Portanto Risco é a chance de perder ou ganhar mais do que o esperado em qualquer investimento, ou seja, é o grau de variação de retorno.

Os principais riscos são:

- ✓ Risco de Liquidez: Liquidez é a velocidade com que se consegue transformar o investimento em dinheiro, portanto quanto menos líquido for o investimento maior será o seu risco. O risco existe pois na urgência de desfazer do investimento, o valor obtido, provavelmente, será muito abaixo da estimativa de mercado;
- ✓ Riscos de mercado: É o tipo de risco inerente às mudanças nas condições gerais do mercado. As ações, por exemplo, perdem valor rapidamente em um cenário ruim, e apresentam bons resultados em contextos mais desfavoráveis.
- ✓ Riscos de crédito: Ocorre quando quem captou o dinheiro não honra a dívida, não pagando os juros como combinado ou não devolvendo o valor principal tomado emprestado no momento do investimento.

2.2 OS PRINCIPAIS TIPOS DE INVESTIMENTOS PARA PESSOA FÍSICA NO BRASIL

Os diferentes ativos que temos para investir são divididos em: renda fixa e renda variável (GARCIA et al, 2002).

2.2.1 Renda Fixa

Renda Fixa é uma aplicação aonde o investidor compra títulos do governo, de empresas e de bancos. Dividimos os títulos de renda fixa em: Ativos financeiros de emissão pública; ativos financeiros de emissão privada (GARCIA et al, 2002).

2.2.2 Caderneta de Poupança

É a mais simplória das alternativas de aplicação, bastante conservadora e segura, pois o governo garante os depósitos até certo limite. É de baixa remuneração em relação

aos outros tipos de investimentos, porém uma de suas vantagens é a isenção de Imposto de Renda.

A média de ganhos ao ano é de 6% mais TR. E os rendimentos são creditados na data de aniversário da conta (data de abertura da conta), a cada mês.

2.2.3 Ativos Financeiros de Emissão Pública

Os títulos públicos são emitidos pelo Tesouro Nacional com o objetivo de captar recursos para o financiamento da dívida pública. Eles são negociados pelo Banco Central brasileiro no mercado primário por meio de leilões para instituições financeiras; e em um segundo momento, as instituições financeiras podem negociar os títulos públicos no mercado secundário, para outros agentes.

As pessoas físicas também podem adquirir títulos públicos federais diretamente do Tesouro Nacional por meio do Tesouro Direto combinando prazos e tipos de títulos, de acordo com os objetivos de investimento. Desse modo, os títulos Federais também podem ser classificados como:

- ✓ Prazo: curto, médio e longo;
- ✓ Forma de correção: pré-fixada ou pós-fixada;
- ✓ Indexação do retorno: índices de inflação, taxa Selic, entre outros.

2.2.4 Letra do Tesouro Nacional – LTN

Título pré-fixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, com isso, o investidor tem a exata noção do retorno do título, se mantiver os recursos investidos até a data de vencimento.

Caso a inflação do período seja maior do que a taxa, haverá perda de poder aquisitivo, portanto o investidor deve manter esse ativo até a sua data de vencimento para receber o total da rentabilidade bruta definida no ato da compra.

2.2.5 Letra Financeira do Tesouro – LFT

É um título de valor de emissão nominal, em base de múltiplos de R\$ 1.000,00. Possui a rentabilidade diária com base na taxa Selic e prazo definido no momento da emissão do título.

O Resgate é feito pelo valor nominal acrescido do rendimento calculado desde a data-base do título, sendo a rentabilidade diária calculada sobre o valor nominal.

2.2.6 Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B

É um título pós-fixado com taxa de juros e prazo de resgate definidos no momento da emissão do título e atualização do valor nominal pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE). O pagamento dos juros ocorre semestralmente e o resgate do valor do título ocorre em parcela única, na data do vencimento.

2.2.7 Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B Principal

É uma variação da NTN-B, sendo que os juros acumulam-se e são pagos apenas ao final, no momento do resgate do valor do título.

2.2.8 Nota do Tesouro Nacional, série F – NTN-F

Possui rentabilidade pré-fixada acrescida de juros definidos no momento da compra. Trata-se de um título indicado para o investidor que deseja obter um fluxo de rendimentos semestrais a uma taxa de juros pré-definidas e acredita que a taxa pré-fixada será maior que a taxa de juros básica da economia (GARCIA et al, 2002).

2.2.9 Ativos Financeiros de Emissão Privada

Há vários títulos de renda fixa de emissão privadas, tanto pré-fixados quanto pós-fixados.

2.2.10 Letra de Crédito Imobiliário – LCI

É um título lastreado por créditos imobiliários garantidos por hipoteca e alienação fiduciária de imóvel, e oferece a seus tomadores direito de crédito por valor nominal, juros e atualização monetária. Pode ser remunerado por: taxa pré-fixada; taxa flutuante; TR; TJLP.

As Instituições expressamente autorizadas pelo Banco Central que podem emitir a LCI são: banco comercial; banco múltiplo com carteira de crédito imobiliário; sociedade de crédito imobiliário; associação de poupança e empréstimos; companhias hipotecárias, e (...).

2.2.11 Certificado de Depósito Bancário – CDB

É uma obrigação de pagamento futuro de um capital aplicado em depósito a prazo fixo em instituição financeira. Apresenta renda fixa com prazo determinado, deste modo, sua rentabilidade é definida no ato da negociação, podendo ser pré-fixada ou pós-fixada.

Outro título muito semelhante ao CDB é o RDB (Recibo de Depósito Bancário). O RDB não é um título endossável, pois sua negociação em mercados secundários não é admitida. Tanto o CDB quanto o RDB são títulos obrigatoriamente nominativos e intransferíveis.

2.2.12 Letras de Câmbio – LC

Quando alguém compra um bem durável e financia a operação, uma financiadora, ele cede o crédito de demanda a emissão de uma letra de câmbio como garantia da operação. O emissor dessa letra é o cliente tomador de crédito e a financiadora é a instituição que, primeiro, aceita a letra, e, posteriormente, vende a letra para um investidor.

Esse processo garante que a financeira possa capitalizar-se e continuar emprestando recursos. A operação com letras de câmbio ocorre: No momento da compra de um bem que será financiado; É emitida pelos financiadores dos contratos de crédito; É a principal fonte de recursos para financiar bens duráveis utilizadas pelas financeiras.

2.2.13 Nota promissória mercantil – *Commercial paper*

É um título de curto prazo emitido por sociedade. Essa emissão é realizada por meio de ações tomadoras de recursos no mercado interno para financiar seu capital de giro. Esta nota é adquirida por pessoa física, pessoa jurídicas, fundos e instituições financeiras dando a seus titulares o direito de crédito contra a empresa emissora.

As notas promissórias mercantis têm remuneração garantida por taxa pré-fixada, taxa flutuante – DI, Selic e Anbid, TR e TJLP. Com prazo de 180 a 360 dias, a nota promissória pode contar com garantia definida pela companhia emissora, sendo a garantia do título o desempenho da empresa. As empresas emissoras devem ter registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e obter autorização para realização da emissão dos títulos.

2.2.14 Debêntures

Garantem aos seus detentores direito contra a companhia emissora com o objetivo de financiar capitais (fixo e de giro) das empresas emitentes. São títulos privados de créditos: representativos de dívida; emitidos por sociedades por meio de ações; de médios e longos prazos e colocados no mercado entre investidores institucionais.

A escritura de emissão é o documento legal que especifica as condições sob as quais a debênture foi emitida, os direitos dos possuidores e os deveres da emitente.

As operações com debêntures são normatizadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), e não existe emissão física do título (forma escritural). A remuneração oferecida pelas debêntures aos investidores podem ocorrer da seguinte forma:

- ✓ Taxas de juros flutuantes com ajuste de juros a cada intervalo de tempo, atrelado a uma taxa média de mercado;
- ✓ Taxa de juros pré-fixadas;
- ✓ Taxa de juros fixa acrescida de um índice de correção de preços ou juros de mercado.

As debêntures podem prever que os investidores tenham participação nos lucros da sociedade emissora do título. Isso ocorre estipulando-se um percentual fixo de participação de debenturistas sobre os resultados da empresa. Elas podem, também, oferecer um prêmio pelo reembolso dos investidores. Isso corresponderia a uma remuneração adicional. O prêmio tem o objetivo de fazer um ajuste dos rendimentos das debêntures de acordo com as condições de mercado no momento de sua distribuição.

A taxa Anbid ANBIMA é um exemplo de taxa de juros flutuante. A Anbid consiste em uma taxa média de troca de dinheiro entre as instituições financeiras. Ela é divulgada diariamente pela Associação Nacional de Bancos de Investimentos (Anbid) e, embora ainda seja utilizada a expressão taxa Anbid, recentemente, a Anbid uniu-se à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima). A partir dessa união, criou-se uma nova associação de mercado, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e (GARCIA et al, 2002).

2.3 Tributação sobre os Títulos de Renda Fixa

A tributação incidente sobre os títulos de renda fixa é decrescente e a variação é conforme o prazo de aplicação, conforme tabela abaixo:

Tabela 01: Tributação de IR sobre títulos de renda fixa

Alíquota	Prazo de resgate
22,5%	Até 180 dias
20,0%	De 181 dias a 360 dias
17,5%	De 361 a 720 dias
15,0%	Mais de 720 dias

Fonte: BACEN, 2014

Desta forma, quanto maior o tempo do investimento, menor será a tributação realizada nos ganhos de capital.

2.3.1 FAQ – FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS (FGC)

É uma entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência.

As Instituições financeiras associadas ao FGC são: Caixa Econômica Federal, bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias e as associações de poupança e empréstimo, em funcionamento no País, que:

- ✓ Recebam depósitos à vista, em contas de poupança ou depósitos a prazo;
- ✓ Realizem aceite em letras de câmbio;
- ✓ Captem recursos mediante a emissão e a colocação de letras imobiliárias, de letras hipotecárias, de letras de crédito imobiliário ou de letras de crédito do agronegócio;
- ✓ Captem recursos por meio de operações compromissadas tendo como objetivo títulos emitidos, após oito de março de 2012, por empresa ligada.

Os créditos garantidos pelo FGC são:

- ✓ Depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;
- ✓ Depósito de poupança;
- ✓ Depósito a prazo, com ou sem emissão de certificado (CDB/RDB);
- ✓ Depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques, destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;
- ✓ Letras de câmbio;
- ✓ Letras imobiliárias;
- ✓ Letras hipotecárias;
- ✓ Letras de crédito imobiliário;
- ✓ Letras de crédito do agronegócio;
- ✓ Operações compromissadas que têm como objeto títulos emitidos após o dia oito de março de 2012.

O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

O Fundo de investimento financeiro não tem garantia do FGC, porque o patrimônio dos bancos não se confunde com o patrimônio dos fundos de investimento financeiro que eles administram.

2.3.2 INVESTIMENTO EM RENDA VARIÁVEL

Os títulos de renda variável englobam ações e fundos de investimentos.

2.3.3 Ações

Ações são títulos que representam o valor da fração em que é dividido o capital social de uma empresa de Sociedade por Ações, sendo então o investidor em ações sócio da empresa e participa de todos seus resultados, sejam eles bons ou ruins. Os ganhos em ações são de:

- ✓ Dividendos: participação nos lucros obtidos pela empresa;
- ✓ Ganho de Capital: diferença entre o preço de compra e o de venda.

Na bolsa, as ações também são conhecidas como:

- ✓ *Blue chips* ou de 1ª linha: ações de grande liquidez, são as mais procuradas pelos investidores, pois, de forma geral, são as ações de grandes empresas, com excelente reputação no mercado;
- ✓ 2ª linha: são as ações de menor liquidez, de empresas boas, mas com risco superior ao risco das empresas *blue chips*;
- ✓ 3ª linha: são ações de pouca liquidez e grande nível de risco.

Os dois tipos de ações são:

- ✓ Ordinárias: são ações que dão direito a voto nas decisões e participação nos lucros;
- ✓ Preferenciais: Não dão direito a voto, mas o acionista tem prioridade no recebimento de dividendos, às vezes em percentual maior do que o percentual recebido nas ações ordinárias.

Ao negociar ações na bolsa de valores, o acionista deve considerar alguns custos com:

- ✓ Corretagem: é a taxa cobrada pelas corretoras para realizar a compra e a venda de ações. O investidor em ações deve antes fazer uma pesquisa entre as corretoras, sendo que, na compra de ações pela internet, o valor tende a ser bem menor;
- ✓ Custódia: é o serviço prestado para guarda de títulos e administração do exercício de direito (dividendos, bonificações, subscrições, entre outros);
- ✓ Outros emolumentos: valores cobrados pela Bovespa para a realização de negócios em seu ambiente (GARCIA et al, 2002).

2.3.4 A Tributação do Investimento em Ações

Se o total das alienações realizadas no mês não exceder a R\$ 20.000,00, os ganhos líquidos realizados por pessoa física em operações efetuadas com ações são isentos do imposto de renda, caso contrário, o imposto é devido sobre o ganho líquido

apurado mês a mês nas operações realizadas. A tributação do investimento em ações é feita da seguinte forma:

Tabela 02: Tributação realizada em investimentos mobiliários (ações)

Alíquota	
15,0%	Sobre os ganhos líquidos realizados nas alienações (vendas).
0,005%	Imposto de renda retido na fonte em operações de alienação de ações no mercado à vista.

Fonte: BM&FBOVESPA, 2014

2.3.5 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos são associações de investidores organizadas por uma instituição financeira e um administrador de recursos. São geridas por profissionais de mercado para a aplicação em títulos e valores mobiliários ou quaisquer outros ativos disponíveis no mercado financeiro e no mercado de capitais.

Fundo de investimento é uma espécie de condomínio de pessoas que se reúnem para investir juntas, tendo todas as receitas e despesas divididas. O ganho ou o prejuízo do investidor se dará pela diferença entre a compra e a venda das cotas.

As cotas podem ser de fundos abertos ou de fundos fechados:

- ✓ As cotas de fundos abertos não têm data de vencimento, e os investidores podem solicitar aplicação e resgate de cotas durante sua vigência;
- ✓ As cotas de fundos fechados destacam-se pela existência de data de vencimento.

O resgate somente será possível no término do prazo de duração do fundo, podendo ocorrer amortizações esporádicas durante a vigência.

Os fundos de investimentos são indicados para pessoas que não conhecem o suficiente sobre investimentos ou não tem tempo para cuidar de suas aplicações. Porém aplicar em um fundo de investimento também tem custos, pois os administradores cobram taxa de administração de aplicações.

A associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) classifica os fundos de investimentos em:

- ✓ Curto prazo: Fundos que buscam o retorno por meio de investimentos em títulos indexados à CDI ou Selic - papéis pré-fixados. Os papéis pré-fixados são títulos de emissão do Tesouro Nacional, com prazo máximo a decorrer de 375 dias e prazo médio da carteira de, no máximo, 60 dias;
- ✓ Referenciados: são fundos que objetivam investir, no mínimo, 95% do valor de sua carteira em títulos e operações que busquem acompanhar as variações do CDI ou da Selic;
- ✓ Renda fixa: Admitem-se estratégias que impliquem risco de juros e índice de preços do mercado doméstico;
- ✓ Multimercados: Fundos que realizam operações em diversas classes de ativos, e definem as estratégias de investimento com base em cenários macroeconômicos de médio e longo prazos;

- ✓ Investimento no exterior: Fundos que têm como objetivo, preponderantemente, investir em títulos representativos da dívida externa (títulos de responsabilidade da União);
- ✓ Ações: Fundos que investem em: ações à vista, ações setoriais, bônus ou recibo de subscrição, cotas de fundos de ações, certificados de depósitos de ações, cotas de fundos de índice de ações, índices (Ibovespa IBrX), *Brasilian Depositary Receipts* (BDR);
- ✓ Previdência: Classificam-se nessa categoria os FAPIs (Fundos de Aposentadoria Programada Individual) e fundos exclusivos dedicados a receber recursos de reserva técnica dos planos de previdência aberta;
- ✓ Cambial: Fundos que aplicam pelo menos 80% de sua carteira em ativos relacionados à moeda norte-americana ou à europeia (GARCIA et al, 2002).

2.3.6 INVESTIMENTO EM IMÓVEIS

Investir em ativos reais traz alguns benefícios e alguns malefícios também, pois embora haja expectativa de ganhos efetivos, o setor imobiliário expõe o investidor a uma série de riscos, principalmente o risco de liquidez. Por esta razão, devemos acompanhar as tendências de mercado e ter muita preocupação com os aspectos legais, pois é preciso tomar todos os cuidados possíveis com a documentação do imóvel que está sendo negociado.

Ao adquirir imóveis com o objetivo de fazer investimentos, devem-se considerar:

- ✓ Os gastos com a manutenção do imóvel, que são de responsabilidade do proprietário;
- ✓ A falta de renda durante o tempo em que o imóvel ficar sem inquilino;
A depreciação do bem, que causa desvalorização do investimento;
- ✓ Os gastos com reformas do imóvel no momento da saída do inquilino;
- ✓ A perda de valor de certas características, por exemplo, apartamentos com apenas uma garagem perderam valor no mercado ao longo do tempo;
- ✓ É importante comparar a renda gerada pelo aluguel com outras alternativas de investimento disponíveis no mercado (GARCIA et al, 2002).

2.3.7 Fundos Imobiliários

Os fundos imobiliários são uma alternativa para aqueles que querem investir em imóveis sem se envolverem diretamente na administração do investimento, porém eles tem o risco de baixíssima liquidez (GARCIA et al, 2002).

3 METODOLOGIA

A abordagem utilizada foi a de métodos mistos. Segundo Figueiredo e Souza (2011), quando o objeto pretende focar o conhecimento de forma concreta, objetiva, mensurável, e valendo – se de dados estatísticos, o método indicado é o quantitativo. Na medida em que objeto é traduzido em seu subjetivismo, isto é, relativo a um fenômeno não mensurável, o método proposto é o qualitativo, e quando o objeto admite a integração de ambos, o método mais adequado é o quali-quantitativo..

A técnica de pesquisa adotada foi a pesquisa exploratória, que é a formulação de questões ou de um problema, com a finalidade de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos, obtendo descrições

tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo (FIGUEIREDO e SOUZA, 2011).

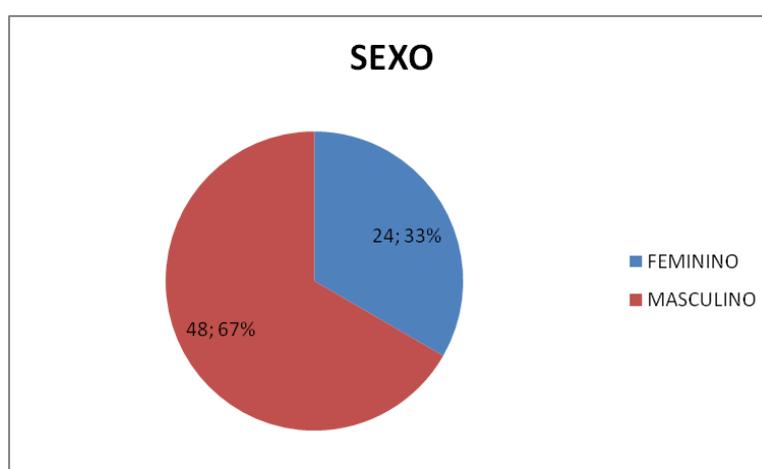
O levantamento de dados ocorreu por meio de um questionário semiestruturado disponibilizado a 100 moradores da cidade de Aracruz (ES) Sede, ocorrido no dia 14 de abril de 2014.

A amostra deste estudo foi composta por indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos e o índice de respostas relevantes para o resultado deste estudo foi de 81%.

4.0 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

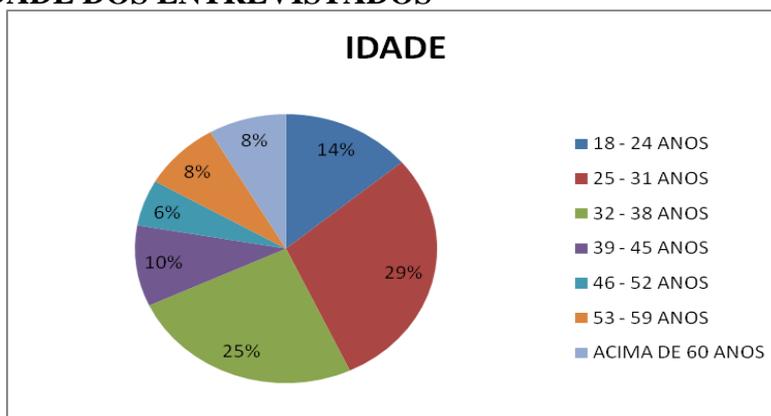
4.1 Variáveis demográficas

As variáveis demográficas englobam neste estudo características como sexo, idade escolaridade dos entrevistados.



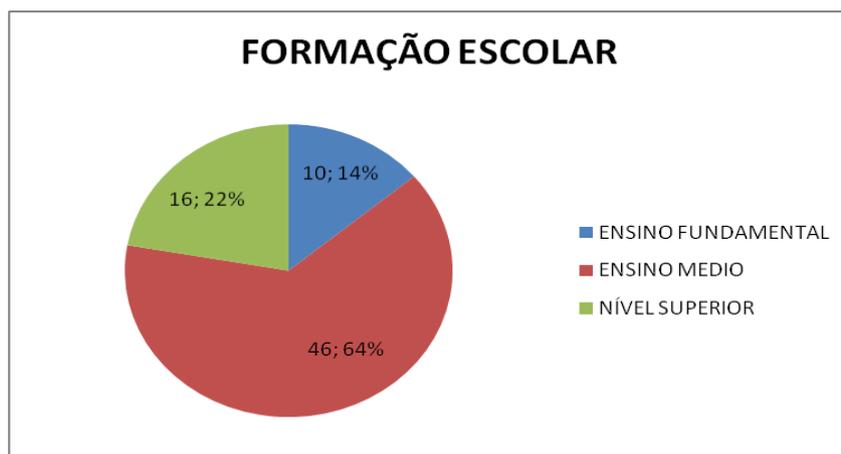
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4.1.1 IDADE DOS ENTREVISTADOS



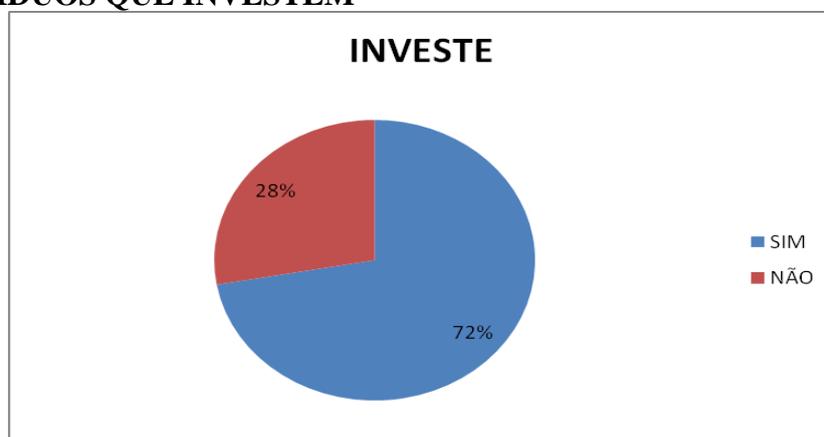
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4.1.1.1 ESCOLARIDADE



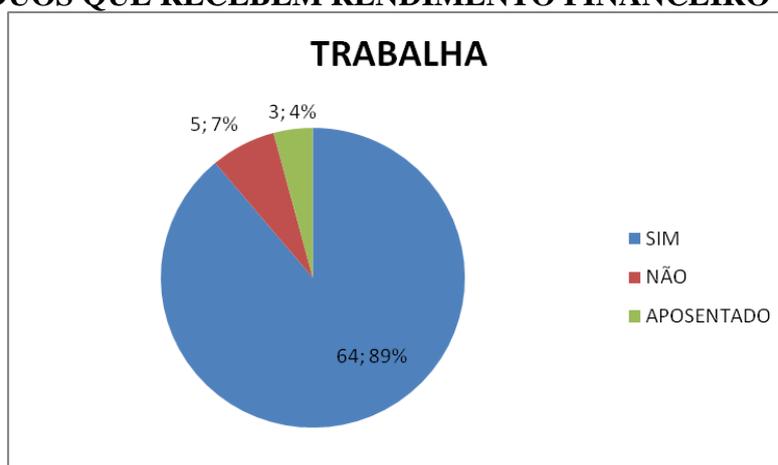
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4.2 INDIVÍDUOS QUE INVESTEM



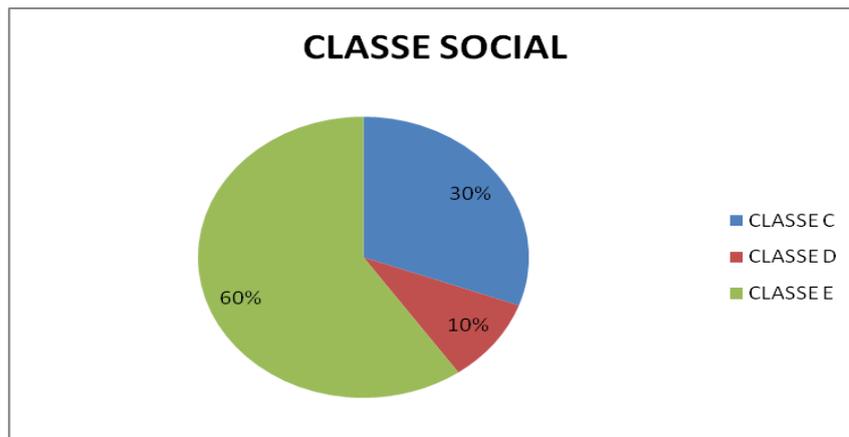
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4.3 INDIVÍDUOS QUE RECEBEM RENDIMENTO FINANCEIRO



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4.4 CLASSE SOCIAL



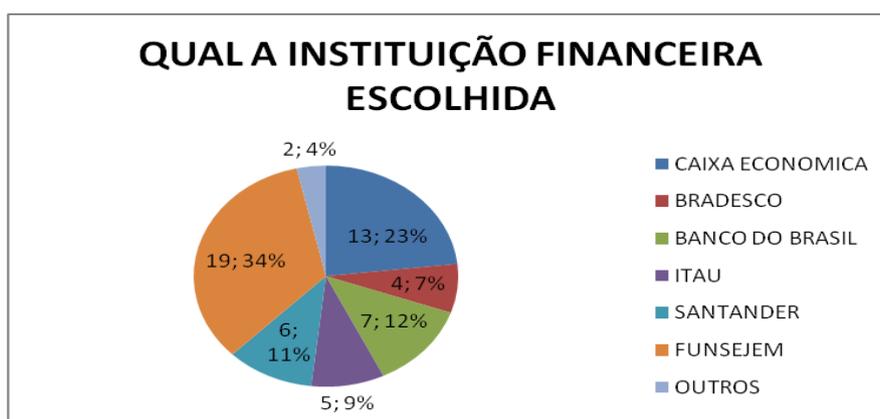
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4.5 PERCENTUAL DO SALÁRIO INVESTIDO



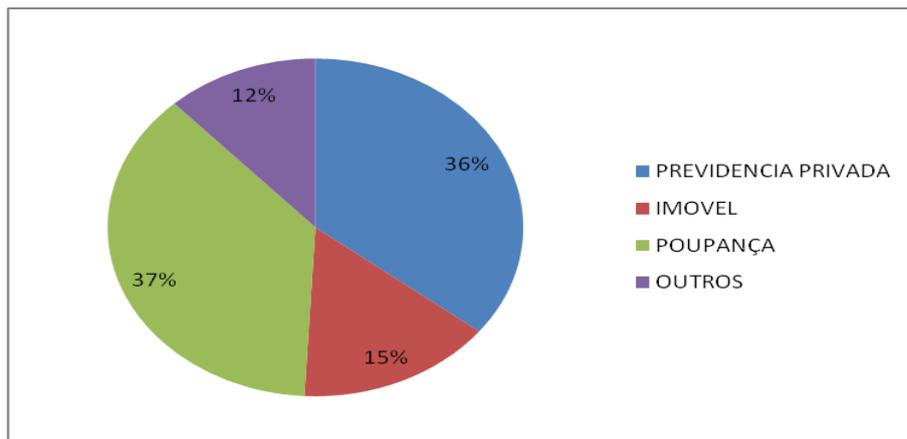
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4.7 INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESCOLHIDA



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4.8 TIPO DE INVESTIMENTO REALIZADO



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa

4 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as formas de investimentos financeiros da população de Aracruz, possibilitando as pessoas uma visão integrada das suas decisões de crédito, poupança, investimento e consumo, compatível com sua realidade financeira.

Os resultados originados dos testes estatísticos expõem que 72% dos entrevistados fazem algum tipo de investimento, e a partir desse resultado identificamos que 37% dos habitantes da cidade de Aracruz investem mais em Poupança e 36% em previdência privada.

Vale ressaltar que esse resultado originou um conjunto de evidências que ampliam a discussão sobre os investimentos, pois foi possível identificar por meio das perguntas abertas, que as pessoas optam por esses dois tipos de investimentos por desconhecerem outra modalidade e por temerem riscos quanto ao retorno de capital em outro tipo de investimento.

Identificamos também que a instituição financeira mais utilizada pelos indivíduos aracruzenses com investimento em poupança é a Caixa Econômica Federal, isso se dá pelo fato de que essa instituição é a que mais dá retorno em relação a poupança.

Como solução para o problema encontrado, sugerimos que é necessário uma parceria entre família; governo; instituições de ensino incentivando a educação financeira durante toda a vida do brasileiro, mas principalmente durante sua vida escolar.

Desta forma, conclui-se que maior parte dos entrevistados investem em poupança por desconhecerem outra modalidade de investimento.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 6ª ed. São Paulo, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ – Fundo Garantidor de Créditos**. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?FAQFGC> >. Acessado dia: 04/05/2014.

CONTA CORRENTE. **Estudo mostra as iniciativas feitas no Brasil para melhorar a gestão de finanças pessoais.** Disponível em: <<http://globotv.globo.com/globo-news/conta-corrente/v/estudo-mostra-as-iniciativas-feitas-no-brasil-para-melhorar-a-gestao-de-financas-pessoais/3284118/>>. Acessado dia: 08/05/2014.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos Inteligentes.** 1ª ed. São Paulo, 2013.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** 21ª edição, Revisada. Rio de Janeiro, 1986.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **História Econômica.** 6ª ed. São Paulo, 1979.

SARAIVA, Renato Marques. **As principais Ferramentas do Marketing direto capazes de atender à demanda no atendimento ao cliente : um estudo de caso na agência Tristeza do Banco do Brasil.** Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24787>>. Acessado dia: 08/05/2014

SOUZA, Samira, **Como investir pouco dinheiro.** Disponível em <<http://www.investimentosfinanceiros.com.br/como-investir-pouco-dinheiro>>. Acessado dia: 08/05/2014.